



## **QUANDO INCLUÍMOS? PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE SURDOS EM UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Autor (1) Jeane Leal; Co-autor (1); Joseilma Ramalho Celestino;  
Orientador (1) Sílvio César Lopes da Silva

*UEPB– lealjeane2010@gmail.com*  
*Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias- joramalho10@hotmail.com*  
*UFRN –PPGED - Bolsista CAPES sclop3@yahoo.es*

### **INTRODUÇÃO**

O fracasso escolar e suas marcas ao longo do processo educativo dos sujeitos, tem gerado debates e reflexões e mobilizado toda a comunidade acadêmica, para entender e buscar saídas que minimizem tal realidade da educação brasileira. São diversos, os fatores que estão atrelados a essa questão, desde a condição socioeconômica, a fatores culturais, físicos e subjetivos, pertinentes a cada sujeito. E quando voltamos nosso olhar para a questão dos surdos nos deparamos com a influência preponderante exercida pela ideologia clínica no processo educacional destes, sendo um dos principais fatores para o fracasso nos ambientes educacionais. As escolas estão arraigadas de uma ideologia a qual inserem os alunos com diferenças especiais em espaços discriminados e considerados incapazes de realizar atividades em grupo com outros alunos, tidos como normais. Percebe-se dessa forma, que a temática inclusão na maioria das vezes fica apenas no âmbito das discussões, uma vez que a prática está aquém da realidade. É preciso perceber que, o processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem. (MACIEL, 2000)

A escola que herdamos pela sociedade ocidental dividi classes, crenças, faixa etárias e sexo (LOURO, 2010). Acolhendo alguns, mas não todos, definindo maneiras e comportamentos, exigindo dos alunos desde o modo de sentar até o de andar (LOURO,1995b). Não temos muita escolha, a não ser seguir aquilo que é predeterminado pelo sistema. Fomos ao longo dos anos reproduzindo os discursos dominantes, e fazendo dos mesmos uma prática constante em nosso dia a dia. Com isso, aprovamos ou reprovamos aqueles e aquelas que não conseguem obter resultados positivos, porém, nos esquecemos que a aprendizagem é um processo complexo e que cada aluno tem um ritmo diferente. Daí, em muitos casos, os alunos considerados diferentes ou



anormais, com características que fogem do padrão definido pela sociedade, são excluídos do processo de ensino aprendizagem regular, e inseridos em uma abordagem clínica, a qual não contribui para o crescimento pessoal, este é o caso por exemplo, dos alunos surdos, obrigando-os a se naturalizarem como ouvintes.

Nesta perspectiva Skliar 2015 afirma que:

As ideias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem, se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até os nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violação institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (SKLIAR, 2015, p.90)

Essas características existentes nos ambientes escolares brasileiros acabam por ditar metodologias, abordagens e discussões que inserem os alunos surdos em uma educação especial, que por melhor dizer, apontam os surdos como menos capazes do que os ouvintes. Dessa forma, deve ser repensado o ensino que é oferecido para os surdos. Dentre as questões que devem ser analisadas é o conceito de educação de surdos e educação especial, para que as escolas não adotem uma educação especial em detrimento de uma educação inclusiva.

Levando em consideração a importância da educação de surdos, este trabalho busca refletir sobre as práticas que rodeiam as instituições educacionais assim como a realidade existente na educação que é oferecida para os surdos. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico, com autores que trabalham a temática, como: Skliar (2013), Falcão (2007), Botelho (2005), Lulkin (2015) e outros.

### **Como situar-se: educação especial ou inclusiva?**

Por mais que o debate e a reflexão sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência ou necessidades especiais tenham nos últimos anos se torna a pauta de governos, professores e da sociedade em si, a mesma não tem resolvido o problema, uma vez que o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização dos sujeitos, já que o mesmo começa na maioria dos casos a ser excluído ou rejeitado na própria família quando apresenta alguma tipo de deficiência física ou mental. E no caso da criança surda, a descoberta de tal deficiência é na maioria das vezes muito tardia, o que agrava ainda mais o problema.



Assim, é preciso superar essa questão e perceber que a deficiência física não limita os alunos surdos a aprender, uma vez que outras habilidades cognitivas, quando estimuladas no espaço escolar, podem ser desenvolvidas por cada sujeito (GARDNER, 1994).

Por outro lado, observa-se que:

Os prospectos para as crianças surdas são produzidos dentro de uma subclasse de educação chamada “especial”. Raramente, no caso da educação especial, significa algo adicional ao consumo; na verdade um subgrupo ou uma porção que daí se delimita. Pressuposições são feitas a partir de uma “capacidade de absorção” de tais crianças marcadas a respeito das possíveis limitações de seus potenciais cognitivos, em vez de questionar se “canais de absorção” alternativos poderiam ser-lhes disponíveis. Ironicamente todos os esforços de instrução e reabilitação focalizam-se muitas vezes exclusivamente, no canal “perdido” que falta como a única característica ao redor da qual todo o ensino deveria girar. Essa retração irônica pela e dentro da educação especial reproduz um mundo limitado de aprendizado de interação social. Embora essa obsessão por ouvir é uma opressão direta das crianças surdas e uma negação das identidades sociais que lhes podem estar disponíveis como adultos surdos (Wrigley, 1996, op. Cit., p. 4).

A reflexão de Wrigley (1996), norteia a realidade da educação especial, a qual possui grandes défices, lacunas existentes pelos próprios caminhos que trilham a educação especial. Sendo um “espaço habitual onde se produzem e se reproduzem táticas e estratégias de naturalização dos surdos em ouvintes, e o local onde a surdez é disfarçada” (Skliar, 2015). Dessa forma, o que é educação especial? Especial por que atende a determinados sujeitos e outros não?

De acordo com Skliar (1997c), a educação especial se define como um subproduto da educação, cujos componentes ideológicos, políticos, teóricos, etc. são, no geral, de natureza discriminatória, descontínua e anacrônica, conduzindo a uma prática permanente de exclusão e inclusão. Sobre a formação docente no que diz respeito a educação especial, Falcão (2007, p. 204) afirma que

A formação em Educação Especial nunca contemplou de forma satisfatória, consistente e detalhada a educação com surdos, suas especificidades e necessidades educacionais sempre foi e ainda é um mito, um advir. Pouco se aprende como lidar, como se comunicar e como construir conhecimentos com os surdos. Toda essa especificidade metodológica foi “*trancafiada*” pelas instituições que assumiram os surdos como “*obra criada*”, como produto registrado da instituição “x” ou y”. E o surdo que fugir à regra da instituição despertando para auto-responsabilidade e liberdade de identidade e de aprendizagem está condenado, junto com a família, a perderem o falso “apoio” institucional. Existe uma tendência fenomenológica de manipulação da mentes, desejos e aspirações pessoais, sociais e profissionais dos surdos pelos ouvintes e surdos das instituições, como se eles fossem dependentes, “deficientes mentais” e merecessem ou precisassem de “liberdade vigiada”.

A naturalização de surdos em ouvintes é uma prática adotada pelas escolas que acabam excluindo e negando as condições de



comunicação dos surdos, pois estes possuem uma língua própria que alguns autores chamam de língua materna. No Brasil a LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais é uma conquista adquirida pela comunidade surda. Após muitas lutas e reivindicações, a Libras vem sendo implementada nos ambientes escolares e em alguns cursos superiores.

Os surdos não são deficientes, mas sim, pessoas diferentes que possuem habilidades iguais a de ouvintes, porém, as formas de comunicações mudam, neste caso, a linguagem visual. Perlin (2015), afirma que “o surdo tem diferença e, não, deficiência”. Skliar (2015) diz que “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”. Daí a necessidade de que as escolas conheçam e trabalhem a Libras, uma vez que esta é a forma de comunicação dos surdos.

Dessa forma, Falcão (2007, p.39) afirma que:

A LIBRAS tem e deve ser ensinada e aprendida e discutida e reformulada e atualizada, como todas as línguas mundiais, nos espaços acadêmicos e escolares, tanto para os surdos como para os ouvintes, a partir da Língua padrão nacional, nosso caso a Língua Portuguesa, muito embora alguns lingüistas envolvidos e interessados pela causa ideológica dos surdos, tentem separar, melhor dizendo, negar a sua origem.

A inclusão acontece a partir do momento que os alunos surdos têm acesso a toda a escola, comunicação e participação. O ambiente escolar deve promover a equidade, respeito, formação, conhecimento e liberdade de expressão de todos, seja dentro ou fora dos muros de tais ambientes.

As práticas adotadas e os caminhos trilhados pela educação de surdos encontram-se diante de uma encruzilhada, de um lado a proximidade com os paradigmas da educação especial. Do outro lado, a quebra de dependência da educação especial, com novas práticas, novos conceitos e outras linhas de pesquisas em educação (Skliar, 2015). Cabe aos professores nesse ínterim saber qual será seu posicionamento e a partir deste fazer sua prática mais humana e próxima a realidade do aluno.

Daí surge a necessidade de novas metodologias, novas maneiras de ensinar aos alunos surdos, buscando através da Libras, o conhecimento em áreas específicas, como destaca Falcão (2007, p.42):

É imprescindível a estruturação de uma metodologia diferenciada para a educação de pessoas surdas. O desenvolvimento da leitura e da escrita é distinto da fala. Para que se garanta aprendizagem e construção de conceitos cada ator escolar, professor, intérpretes, alunos

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**



surdos e ouvintes, diretores, familiares devem aprender a LIBRAS. Este movimento naturaliza a LIBRAS e os surdos deixam de ser observados como estrangeiros e assim, desmontamos o movimento segregador dos nossos filhos, pais, familiares e amigos no *mundo dos surdos*.

Os alunos surdos possuem o modo de comunicação visual, a única diferença que estes possuem, partem da forma de comunicação, ou seja, não existe deficiência. Partindo desse pressuposto, as metodologias que devem ser adotadas para o ensino-aprendizagem de discentes surdos é através da visão. Neste caso, a forma de conduzir ou selecionar os interesses que envolvem a aprendizagem, defendem da visão que o professor tem em relação ao mundo as ações dos sujeitos nesse contexto. Independentes do âmbito de discussão, as questões que envolvem o aluno surdo, estão inseridos em um meio social que marca o indivíduo em suas semelhanças e diferenças, dessas surgem preconceitos que muitas vezes engessam e paralisam as mudanças e negam os valores que lhes são devidos. É preciso superar essas barreiras e mostrar que nesse processo todos são iguais.

### **Problemas na educação de surdos e as modificações históricas**

Dentre as várias argumentações dos familiares e até mesmo dos surdos a respeito das escolas para surdos é que estas são opressoras, homogêneas e várias outras afirmativas negativas, porém, as escolas para ouvintes também acabam não atendo as necessidades dos surdos, uma vez que os professores não estão preparados para atender a esse público. Neste caso, ambas as escolas possuem lacunas imensas que comprometem o crescimento cognitivo e pessoal dessas pessoas.

Muitos autores defendem a inserção de alunos surdos no ensino regular, porém, não basta apenas o corpo docente conhecer a Libras e a cultura surda, mas sim, todo o ambiente escolar. Botelho (2005), afirma que:

Toma-se como necessária e suficiente a formação do professor e a adequação do sistema educacional, estimulando o ingresso dos surdos em classes com alunos ouvintes, com o oferecimento de garantias constitucionais e toda a sorte de seduções, em contrapartida. Todavia, mesmo que os professores sejam bem preparados mesmo que conheçam a cultura surda e a língua de sinais, ainda assim não é suficiente, pois não existe uma mesma língua, compartilhada, circulando na sala de aula e na escola, condição indispensável para que os surdos tornem-se letrados.

Sobre a inclusão de alunos surdos no ensino regular Falcão (2007) diz que:

O isolamento domiciliar é nocivo social, afetiva e cognitivamente e o isolamento com os pares, agrupar surdo só com surdo como tentam fazer alguns grupos em defesa de um *mundo dos surdos* sectário, segregador e monocultural é perverso e desumano. Para a

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**



estruturação de uma personalidade saudável e plena a história da humanidade já provou que o convívio com a diversidade ainda é o melhor caminho.

Nessa lógica o INES (2005) deixa claro que a criança

Embora não possa ouvir, é importantíssimo que as pessoas continuem falando com ela. Ao falarmos, usamos não só a nossa voz e as palavras, mas, também, as expressões faciais e a movimentação de todo o corpo ajudam a complementar a fala. Ao ficar em silêncio com seu filho surdo, nem mesmo estas mensagens corporais serão passadas para ele. O que acontece então é o bloqueio na comunicação. Sem poder dizer o que sente e pensa e ao perceber que também não consegue estabelecer nenhuma comunicação, a criança surda pode se tornar mais agitada e um pouco agressiva.

Assim, fica nítida a importância da inserção dos alunos surdos em escolas regulares, porém, como já foi dito, as melhorias são necessárias para que a educação de surdos seja realmente inclusiva, uma educação de qualidade, com equidade e realmente construtora de novos conhecimentos. Nesta perspectiva Skliar (2015), discute alguns motivos para o fracasso da educação dos surdos, sendo:

A falta de compreensão e de produção dos significados da língua oral, o analfabetismo massivo, a mínima proporção de surdos que têm acesso a estudos de Ensino Superior, a falta de qualificação profissional para o trabalho, etc., foram e são motivos para três tipos de justificações impróprias sobre o fracasso na educação dos surdos. Em primeiro lugar, está a atribuição aos surdos do fracasso – fracasso, então, da surdez, dos dons biológicos naturais. Em segundo lugar, está a culpabilização aos professores ouvintes por esse fracasso. E, em terceiro lugar, está a localização do fracasso nas limitações dos métodos de ensino – o que reforça a necessidade de purificá-los, de sistematizá-los ainda mais, de torná-los mais rigorosos e impiedosos com relação aos surdos. [...] O que fracassou na educação dos surdos foram as representações ouvintistas acerca do que é o sujeito surdo, quais são os seus direitos linguísticos e de cidadania, quais são as teorias de aprendizagem que refletem condições cognitivas dos surdos, quais são epistemologias do professor ouvinte na sua aproximação com os alunos surdos, quais são os mecanismos de participação das comunidades surdas no processo educativo, etc. (SKLIAR, 2015, p.102)

Dessa forma, a partir da reflexão de Skliar, percebe-se que os problemas encontrados na educação de surdos são decorrentes de um longo processo histórico e cultural. As escolas recheadas de estereótipos e seletivas quanto o corpo discente, acabam se ausentando da responsabilidade de igualdade e inclusão de alunos surdos.

Ao longo da história dos surdos no Brasil, foram acontecendo várias mudanças legislativas e sociais para melhorias de vida das pessoas com problemas auditivos e surdas. Após lutas e movimentos, os surdos conseguiram a regulamentação da Língua de sinais e o ensino desta em instituições educacionais. Esses direitos alcançados são de suma importância para as melhorias necessárias na educação de surdos.



Dentre as transformações ocorridas, temos a criação do primeiro curso normal para professores de surdos; fundação do Jardim da Infância do Instituto e criação do curso de Artes Plásticas. Em 1977 é fundada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos), hoje, FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). No ano de 1987 foi criada a Associação Brasileira de Surdos, cuja finalidade é lutar pelos direitos de surdos.

Em 2000 ocorreu o reconhecimento oficial da LIBRAS pelo Governo Federal (Lei no 10.436/02, mais conhecida como Lei de LIBRAS). Mais à frente no ano de 2005 aconteceu a regulação da Lei 10436/02, pelo Decreto 5626 que determinou um prazo de 10 anos para os cursos de licenciaturas, Pedagogia, Letras e Fonoaudiologia, ter em sua grade curricular o ensino de libras para seus alunos, essa iniciativa teve como objetivo proporcionar embasamento teórico e prático para estes formandos que vão atuar junto aos alunos surdos ou até mesmo a comunidade surda.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394 de 1996) ratifica a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas salas de aula regulares, através do capítulo V, artigo 58, onde ressalta que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos e portadores de necessidades especiais”.

De acordo com a Lei supracitada, as pessoas com deficiências têm o direito de estudar na rede regular de ensino, porém, isto não é suficiente, as escolas precisam estar condizentes com as necessidades desses alunos, não apenas oferecendo uma vaga, mas proporcionando um ensino de qualidade, com professores capacitados para atender a esse público e com metodologias de ensino que estimulem a cognição destes alunos. Vale ressaltar que o MEC (Ministério da Educação) destaca que “a escola faça o diagnóstico das necessidades educacionais do aluno surdos, a fim de orientar suas ações” (MEC, 2002/v.1, p. 132). O MEC ressalva ainda que:

Como princípio norteador, tem-se a concepção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento às diferenças humanas. Para tanto, a legislação prevê que os serviços de educação sejam ofertados no ensino regular (...), em classes comuns, ou em classes especiais em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, devendo a escola oferecer professores capacitados com o apoio de professor da educação especial (MEC, 2002/v.1, p. 59-60).

Isso nos faz refletir que o sucesso de toda escola e da possível inclusão nesta, só é possível quando há a participação e a integração de todos os envolvidos no processo educacional:

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**



docentes, alunos, gestão, equipe de apoio, família e toda a comunidade em geral.

### **A surdez: estereótipos, discriminação, preconceito e exclusão**

A sala de aula assim como a escola, geralmente, é palco de preconceito, discriminação e exclusão. As diferenças são na maioria das vezes vistas como algo estranho e engraçado, que não se enquadra no padrão ditado pela sociedade, como já foi dito anteriormente. As pessoas com alguma diferença acabam se tornando alvos de taxações pejorativas, agressões físicas e verbais assim como a exclusão da participação em atividades.

Estes problemas acontecem todos os dias, em muitas escolas. Na maioria das vezes as agressões partem dos colegas, porém, alguns professores e auxiliares também contribuem para tais índices. Esta realidade vai de encontro com o papel das escolas, pois estas deveriam contribuir para uma educação cidadã, que contemple a equidade e inclusão de todos. A escola não irá preparar o aluno somente para uma carreira brilhante, mas sim, contribuirá para que esse aluno consiga viver em grupo, respeitando o próximo e sabendo que existe regras que devem ser seguidas.

Na perspectiva de Skliar (2015), como já foi elencado “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”. Esta última afirmação de Skliar aponta para o estereótipo que as pessoas têm sobre os surdos, levando sempre a surdez para uma deficiência, não aceitando os surdos como seres iguais aos ouvintes e diminuindo as possibilidades de aprendizagem. Perlin (2015, p.85) afirma ainda que

A noção do surdo está diretamente ligada a estereótipos em muitas formas. Cito o estereótipo por ele interferir muitas vezes como um impedimento para a aceitação da identidade surda. Ele leva a considerar a identidade surda ao lado da representação da identidade ouvinte como incompatível. Nunca a representação estereotipada vai dar à representação da identidade surda um lugar social. O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois o imobiliza em uma representação contraditória, em uma representação que não conduz a uma política de identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se opunham, às vezes disfarçadamente, e evitem construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada.

Pela reflexão de Perlin (2015) nota-se que a não aceitação da identidade do surdo é ocasionada pelas várias formas de estereótipos e falta de conhecimento sobre a surdez. Silva (1998, p. 62) diz que “o estereótipo como tal é uma ideologia, um esforço de contemplação da fluidez, da indeterminação, da incerteza da linguagem,



do social”. Os alunos surdos, por serem sempre alvos de discriminação acabam se excluindo do ambiente escolar e até mesmo de toda a sociedade. A própria exclusão aponta para problemas sérios na vida dos alunos surdos, problemas gerados pela rejeição que sofrem nos locais que frequentam, a escola na maioria das vezes.

Pensar a escola para surdos, é pensar um ambiente igualitário, que desconstrua os estereótipos, aceitando a identidade surda e até mesmo contribuindo para a construção de novas identidades, proporcionando a equidade e inclusão dos surdos. Para isso, é crucial a formação dos professores. Falcão (1961)

A falta de conhecimento, de como lidar com a comunicação e com a educação dos surdos por parte da sociedade, famílias e dos profissionais que atuam nas instituições educacionais, acarreta um atraso no desenvolvimento cognitivo dos surdos e, em cadeia, possibilita defasagem escolar segundo a faixa-etária. Grosso modo, é como se a “deficiência” da pessoa surda fosse fabricada pela deficiência da sociedade em não saber estimular, sensibilizar, comunicar, relacionar e educar num contexto de construção e respeito necessários à vida em comunidade.

O professor tem o dever de ensinar, mediar e construir novos conhecimentos com os seus alunos. O ensino aprendizagem só acontece a partir do momento que o professor interage com o mesmo, proporcionando assim, a mediação do conhecimento através da interação, numa construção aluno-professor-conteúdo. Para essa construção o docente deve se comunicar com o aluno, com os surdos isso só é possível através da comunicação visual, ou seja, gestos, movimentos e línguas de sinais. A LIBRAS nasce com esse intuito, proporcionar aos alunos e professores a comunicação por meio de sinais. É nesta perspectiva que a Libras está sendo implementada em algumas instituições.

### **Considerações Finais**

De acordo com o material estudado, identificou-se que apesar das grandes discussões acerca da educação de surdos as escolas ainda servem como palco para o preconceito, discriminação e exclusão dos indivíduos considerados “anormais”.

Dentre os vários problemas identificados na educação de surdos, vale ressaltar a influência preponderante exercida pela ideologia clínica nesta educação é um dos principais fatores para o fracasso nos ambientes educacionais; a falta de conhecimento sobre a surdez, tanto pelos docentes, familiares e a sociedade, que contribuem para o atraso cognitivo dos alunos surdos e vários outros problemas que precisam ser superados.



As instituições educacionais necessitam de novas metodologias, com valorização de atividades visuais, aceitação da identidade surda, inclusão de todos os alunos com diferenças, sejam elas físicas ou mentais, para que assim, seja oferecido um ensino de qualidade e igualitário. A inclusão acontece a partir do momento que os alunos surdos tem acesso a toda a escola, comunicação e participação. O ambiente escolar deve promover a equidade, respeito, formação, conhecimento e liberdade de expressão de todos, seja dentro ou fora dos muros de tais ambientes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos** – Ideologia e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol I e II Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes de bases da Educação Nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília.

FALCÃO, L.A.B. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos**. Recife: 2º ed, 2007.

GARDNER, H. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS- INES- **revista audiologia**, 2005.

LOURO, G. L. **Produzindo sujeitos masculinos e cristãos**. In: VEIGA-NETO, A. (org). Crítica pós- estruturalista e Educação. Porto Alegre: Sulina, 1995b.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós- estruturalista**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LULKIN, A.S. **O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada**. Porto Alegre: Medicação, 2015.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.2, pp.51-56. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>. <Acesso em 20 de Julho de 2017>

PERLIN, G.T.T. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Medição, 2015.

SKLIAR, C. **Introdução socioantropológicas em Educação Especial**. In: SKLIAR, C. (org). Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Medicação, 2013.



**COPRECIS**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
PRÁTICAS EDUCATIVAS

SILVA, T. T. **Contrabando, incidentes de fronteira:** ensaios de estudos culturais em educação. Porto Alegre, 1998.

SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. –7 ed.- Porto Alegre: Mediação, 2015.

WIRIGLWY, O. **The politics of deafness.** Gallaudet University Press, 1996.